

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA EXERCÍCIO 2014

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, acompanhadas de suas respectivas notas explicativas, do parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, ao mesmo tempo em que apresentamos o elenco de realizações da CELEPAR na gestão 2011/2014.

INSTITUIÇÃO

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, empresa pública pioneira no segmento de informática é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, tendo como acionista majoritário o Estado do Paraná. Criada pela Lei Estadual 4.945 de 30 de outubro de 1964, e constituída por escritura pública lavrada em 5 de novembro de 1964, tem como missão **prover Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação que permitam modernizar e melhorar o Desempenho da Gestão Estadual com a consequente oferta de serviços públicos mais eficazes aos cidadãos paranaenses**. Atua fortemente pautada nos seus valores – comprometimento, compartilhamento, respeito ao interesse público e inovação, geridos conforme seu eixo de atuação: colaboradores, clientes, parcerias institucionais, órgãos de controle e sociedade paranaense.

Vários fatores diferenciam a CELEPAR das demais empresas que atuam no mesmo segmento, como:

- Garantia de continuidade na prestação dos seus serviços;
- Segurança na manutenção e operação das bases de dados;
- Integridade e Integração de sistemas e informações de interesse do Governo do Estado e de cada órgão individualmente;
- Integração das diferentes tecnologias de diferentes fornecedores, provendo a melhor solução para o Governo do Estado;
- Atuação conjunta com os órgãos públicos na melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA CELEPAR NA GESTÃO 2011/2014

Apresentamos algumas das principais realizações da CELEPAR entre 2011 e 2014, que retratam o comprometimento com a melhoria contínua de sua gestão e dos

serviços prestados ao Governo do Paraná, compreendendo suas secretarias e demais órgãos da administração estadual.

1 CENTRO INTEGRADO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS (CIIE-PR)

1.1 Business Intelligence (BI)

Com o objetivo de disponibilizar indicadores de gestão referentes a cada órgão do Governo para, foi criado em 2011 pela CELEPAR o Centro Integrado de Informações Estratégicas (CIIE). Nestes quatro anos, mais de 400 cases foram desenvolvidos. Esta importante ferramenta auxilia os gestores públicos nas tarefas de planejamento e de acompanhamento do plano de metas.

1.2 Geographic Information System (GIS)

Instrumento de gestão que torna disponíveis recursos para o processamento de informações cartográficas possibilitando o ordenamento e gestão do território, da localização de equipamentos e serviços públicos, gestão ambiental, gerenciamento de sistemas de transportes e de comunicação, entre outras. Além da conclusão do Framework Geo (solução que visa popularizar o uso de mapas nas aplicações), foram desenvolvidas outras 21 atividades das quais destacam-se:

| Órgão | Atividade GIS |
|---------------------|--|
| SEED | Matrícula dos alunos da escolas estaduais 2015 |
| SESP | Delegacia eletrônica |
| CM – Defesa Civil | Sistema de Defesa Civil do Paraná (SISDC) |
| SEMA – Águas Paraná | Outorgas |
| SEAE | Espaço Cidadão |

2 ÁREAS DE OPERAÇÕES

2.1 DETRAN

Detran Fácil

Lançado em 2011 com o objetivo de ampliar a oferta de serviços on-line, diminuindo o fluxo de pessoas e o tempo de espera nas unidades do DETRAN, por meio da internet o cidadão pode solicitar a segunda via do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, segunda via da Carteira Nacional de Habilitação e CNH definitiva. Durante os quatro anos, este serviço passou por etapas de aprimoramento, sendo uma das marcas do uso inteligente das ferramentas de TIC na gestão pública.

Renovação Automática da CNH

Solução de Implantação da Renovação Automática da CNH, com envio de carta de aviso de Renovação para os condutores, pagamento de guia e agendamento de Exame Médico pela internet.

Gestão de Infrações de Trânsito (GIT)

Novo sistema web de Gestão de Infrações de Trânsito, parametrizado e multiórgãos.

Abertura da Arrecadação Bancária

Implantação da Abertura da Arrecadação bancária do DETRAN/PR, e adequações estruturais nos sistemas de Controle da Receita (DCR), Integração bancária (Acompag), Licenciamento Anual e pagamentos on-line, ampliando as integrações com o Banco do Brasil.

2. 2 SEFA

Sistema de Gestão da Fiscalização Setorial de Contribuintes

Tem por objetivo prestar apoio ao planejamento e gestão dos serviços da fiscalização de empresas contribuintes do ICMS-PR. A partir das informações da declaração e arrecadação do ICMS, as empresas são avaliadas segundo critérios estabelecidos para o seu segmento econômico, localização geográfica e comportamento fiscal. Este processo amplia significativamente a capacidade de planejamento e execução de serviços de fiscalização em empresas a partir de indícios de sonegação fiscal.

GNRE Online

Tem por objetivo a emissão e cadastramento on-line de GNRE - Guia Nacional de Recolhimentos de Tributos Estaduais, via web-services do Portal Nacional da GNRE. Integra o Estado do Paraná ao Portal da GNRE on-line, padronizando tecnologia e procedimentos de validação de informações para a geração do documento de arrecadação do ICMS por empresas localizadas em outras unidades da federação.

Conhecimento de Transporte Eletrônico (CTE)

Tem por objetivo prover a Autorização e Controle de Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTE, compreendendo serviços de Recepção/Autorização, Inutilização, Cancelamento e Consultas. Oferece às empresas maior confiabilidade nos procedimentos de validação de informações prestadas no CTE, além de maior estabilidade operacional do ambiente de autorização.

Sistema de cobrança do ITCMD

Implantação da Solução que processa informações de doações do imposto de Renda da Pessoa Física, da Receita Federal, em 2009 e 2010.

Cobrança de débitos de IPVA em atraso

Sistema web de cobrança de débitos de IPVA em atraso, tratando grandes devedores.

Solução da cobrança de débitos de ICMS através da Autorregularização

Solução web de gestão dos procedimentos de Autorregularização de débitos pelos contribuintes do ICMS, com dados de indícios de sonegação fiscal do ICMS, possibilitando Autorregularização e justificativa do contribuinte.

Bases de Dados de Inteligência Fiscal (Projeto Phoenix)

Projeto e criação de bases de dados analíticas de documentos fiscais da Receita Estadual com soluções de Business Intelligence.

Domicílio Tributário Eletrônico (DTE)

Implantação do Domicílio Tributário Eletrônico-DTE para a notificação e ciência de pareceres e decisões prolatadas pela Receita Estadual em processos de natureza não tributária.

Desembaraço Eletrônico de Importações

A solução disponibilizada pela CELEPAR para a SEFA reduziu o tempo e gastos de empresas que importam mercadorias e equipamentos e contribuiu para arrecadação do Estado, além de viabilizar informações para ações de fiscalização.

2.3 SEMA

Licenciamento e Restauração Florestal

Iniciativa na área de Meio Ambiente do Estado, o sistema desenvolvido e implantado pela CELEPAR permite às pessoas físicas e jurídicas obterem ou renovarem licenças ambientais pela internet.

2.4 SEAB

Registro de Fiscalização dos Fiscais (REDEFIS)

Sistema utilizado para a programação e o registro das atividades dos fiscais da ADAPAR (veterinários, agrônomos e técnicos agropecuários). Com o sistema é possível gerenciar e consolidar as atividades programadas e realizadas de todos os fiscais do estado, além de cumprir uma das exigências de convênios e metas formalizadas com o Ministério da Agricultura.

2.4.1 ADAPAR

Vacinação de Febre Aftosa Online

Comprovação de vacinação online para comerciantes de vacina de aftosa e dos produtores de bovinos e bubalinos.

Módulo Morcegos Hematófagos

Implantação do módulo Morcegos Hematófagos com o cadastro de Abrigos e Locais de Controle no sistema SDSA.

Emissão de Permissão do Trânsito Vegetal

Nova versão do sistema CFO com emissão e consulta pública de Permissão do Trânsito Vegetal para responsáveis técnicos habilitados.

2.5 SEEC

Equipamentos Culturais

Tem por objetivo manter o cadastro das edificações destinadas a práticas culturais (teatro, cinema, biblioteca, museus, entre outros). Além disso, os grupos de produtores culturais, tais como corais, orquestras, grupos de dança também são caracterizados como equipamentos culturais.

Possibilita o levantamento e divulgação de todos os equipamentos culturais do Estado, bem como a divulgação dos equipamentos culturais que são atrações turísticas no Estado (Opera de Arame, Teatro Guaíra etc) e mapeamento cultural do Estado provendo integração com o sistema nacional de Informações e Indicadores de Cultura (SNIIC).

Sistema de Informações Culturais (SIC)

Portal de Sistemas de Informação da Cultura.

Museu Oscar Niemeyer-ERP Financeira e Bilheteria

Disponibilização de ERP Financeiro e de Bilheteria do MON.

2.6 SEIL

Porto de Paranaguá

A CELEPAR desenvolveu novas funcionalidades no sistema de gestão das cargas movimentadas pelo Porto (Carga on-line). Com recursos de mensagens de textos, os caminhões são chamados para descarga, orientados quanto ao tempo máximo de permanência e na sua movimentação na extensa área de pátio e manobras.

2.6.1 DER

Licença de Fretamento Contínuo

Tem por objetivo o controle e emissão de Licenças para Fretamento Contínuo de Passageiros, serviço prestado por Empresas registradas no DER.

Passe Livre

Sistema de controle e emissão de carteiras de Passe Livre do transporte intermunicipal para portadores de doenças graves ou deficiências. Pelo sistema, cumpre-se a Lei e amplia-se a cidadania.

2.7 JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Leilões

A solução informatizada implantada pela CELEPAR realiza sorteio dos leiloeiros habilitados e dá transparência desse processo para a população e para as empresas.

Central de Atendimento

Implantada a Central de atendimento ao cidadão da Junta Comercial, facilitando o acesso da população aos serviços da Jucepar.

2.8 SEED

Obras online

Tem por objetivo possibilitar à escola o registro das informações referentes ao diagnóstico do prédio escolar e seus ambientes, assim como incluir as ações e metas visando o planejamento das intervenções no prédio escolar.

O Diretor da escola, além de registrar o diagnóstico do seu prédio, poderá também propor um plano de ações e metas. Desta forma, seria a abertura de um canal ágil nesta questão entre escolas e SEED.

Possibilita à SEED/SUDE obter rapidamente o diagnóstico do prédio escolar no que tange ao seu estado de conservação, desta forma podendo mapear a situação real dos prédios e melhor planejar as próximas intervenções.

Registro de Classe Digital

Sistema que disponibiliza para os docentes o registro online de frequências, notas e conteúdos ministrados em aula, integrado com os Sistemas Registro Escolar e de Administração Escolar. Solução associada a disponibilização de tablets para os docentes.

Ordem de Serviço

Solução permite aos professores do Quadro Próprio do Magistério e do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, solicitar eletronicamente a transferência temporária do seu local de exercício.

Consulta Escolas

Nova versão do sistema que disponibiliza à comunidade informações sobre as Escolas do Paraná de educação básica, compreendendo a rede pública e particular, com mapas e informações agregadas.

Merenda Escolar

O novo sistema implantado em 2014 permite gestão dos estoques e beneficiários da merenda das escolas, monitorando as quantidades servidas e controle dos cardápios nas mais de 2.100 escolas estaduais. Este sistema foi selecionado entre as oito melhores iniciativas na área pública no Congresso Nacional de Informática Pública que foi realizado em Foz do Iguaçu, em maio de 2014.

Rede de Proteção para o Aluno em Situação de Risco

Sistema desenvolvido pela CELEPAR em conjunto com a SEED, Ministério Público e outras entidades de proteção de crianças e adolescentes, com objetivo de identificar e apoiar, com a maior rapidez possível, situações de riscos de alunos nas escolas do Paraná.

2.9 SESA

Gestão de Repasses entre Fundos da Saúde

Sistema que suporta todas as atividades necessárias para o repasse de recursos do Estado aos municípios para fins de saúde. Permite melhor gestão, controle e transparência, além de redução de tempo e recurso nos trâmites processuais.

Gestão Hospitalar

O Sistema de Gestão de Hospitalar e Ambulatorial do SUS (GSUS), em conformidade com o SUS, recebeu novos módulos: nutrição e programas especiais como Paraná Sem Dor, Mãe Paranaense, Infecções Oportunistas, entre outros.

O sistema foi implantado em novos hospitais do Governo do Estado, destacando-se o Hospital Universitário de Maringá que exigiu novas funcionalidades e novos módulos que até então não constaram como necessários nos demais hospitais onde já funciona o GSUS.

2.10 SESP

Delegacia Eletrônica

Lançada em 2011, o serviço permite que o cidadão faça pela internet o registro de boletim de ocorrência de perda ou extravios de documentos, de objetos eletrônicos, bem como de denúncias diversas.

Boletim de Acidentes de Trânsito Unificado (BATEU)

Lançado em 2011, o aplicativo permite que o cidadão possa realizar pela internet o registro de acidente de trânsito sem vítima.

Sistema de Medidas Socioeducativas

O sistema serve como ferramenta de organização, padronização e controle da vida de adolescentes infratores que estão cadastrados/alojados nos centros de socioeducação e semiliberdades do Estado do Paraná. Permite padronização no que se refere a aplicação das medidas socioeducativas realizadas pelas unidades e integração com demais sistemas da SESP.

Adolescentes recuperados e preparados para retornar a sociedade e retomar suas vidas como cidadãos.

Gerenciamento de Laudos da Criminalística (GDL)

Implantação do Sistema que controla o fluxo da emissão de laudos no Instituto de Criminalística do Paraná.

Controle de Registros Criminais

Solução para Registro e Emissão de Atestados de Antecedentes Criminais.

Controle de Pessoas Desaparecidas

Sistema da Polícia Civil, que faz o controle de pessoas desaparecidas.

Informações no Celular para Policiais

A CELEPAR desenvolveu aplicativo que permite a policiais devidamente identificados consultarem informações para as atividades de abordagem e investigação, através de seus telefones celulares. Essa facilidade, principalmente nas atividades de rua, permitiu a prisão de pessoas com mandados de prisão, recuperação de veículos e bens furtados e maior segurança nas abordagens de pessoas e veículos realizadas pelos policiais.

Alvará do Corpo de Bombeiros

Pela internet, o interessado pode registrar sua solicitação, anexar documentos, pagar as taxas, agendar vistoria e emitir seu alvará, com ganhos expressivos de tempo e recursos pela simplificação do processo.

2.10.1 IIPR

Agendamento para Serviços do Instituto de Identificação

Através do novo sistema desenvolvido pela CELEPAR, o cidadão passou a contar com a possibilidade de agendamento online para os serviços do IIPR. Em 2014 foi lançada também a central de atendimento do Instituto de Identificação do Paraná.

2.11 SEAP

Âmbito Administrativo

Desenvolvimento do Módulo de Contratos para o Sistema GMS. Evolução dos sistemas administrativos - Gestão de Patrimônios Imóveis, Gestão de Materiais e Serviços e Central de Viagens. Disponibilização de Solução de Business Intelligence para Central de Viagem e Patrimônio.

ePROTOCOLO

Novo sistema de registro, controle e trâmite de informações e processos oficiais do Estado. Não há mais a necessidade de tramitação do processo físico (papel), pois despachos e encaminhamentos dos processos poderão ser realizados eletronicamente.

2.11.1 PARANAPREVIDÊNCIA

Âmbito Recursos Humanos

Atualização tecnológica do Meta4. Desenvolvimento e implantação da mudança da forma de pagamento para os quadros da Polícia, introduzindo o conceito de subsídio.

2.12 SEAE

Projeto Espaço Cidadão

No total, são mais de 400 Espaços Cidadão distribuídos pelo Estado. O laboratório de informática é coordenado pela SEAE, com o apoio técnico da CELEPAR. No local, a população tem acesso a serviços públicos disponíveis na internet, e pode participar de cursos de qualificação profissional.

Programa Rede399

Consolidação do Projeto que abrange 399 municípios do Paraná, possibilitando aos municípios um modo efetivo de ampliar sua telecomunicação, com a possibilidade de infraestrutura de acesso à internet diferenciada, maior competitividade, internet popular, provendo avanço para a gestão municipal, com apoio e assessoria técnica da CELEPAR.

2.13 CASA CIVIL

Gestão Integrada de Relacionamento (GIR)

Permite integração estratégica dos compromissos do Governo do Estado, com recursos de Agenda Integrada, Gestão de relacionamentos, Bases Cadastrais de pessoas e autoridades, Solicitações de Ações e Demandas.

Sistema de Acompanhamento do Plano de Metas do Governo do Paraná (SAPM)

Solução de Business Intelligence para monitoramento e avaliação das ações

governamentais, com dados de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), da Lei Orçamentária Anual (LOA), do Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME), a partir da análise dos sistemas de Acompanhamento da Gestão Governamental (G-Gov).

2.14 SEJU

Sistema de Gestão de Recursos Financeiros

Solução que permite a gestão do processo de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos pelas entidades estaduais.

Sistema de Controle de Multas do Fundo Penitenciário do Paraná

Sistema gestor de multas dos processos penais, destinadas ao Fundo Penitenciário do PR-FUPEN.

Central de Vagas

Solução de gestão de fila de presos para as penitenciárias estaduais oriundos das Delegacias de Polícia ou de outras Unidades Penais. Integrado aos Sistemas de Mandados de Prisão, Identificação Civil, Registro Policial (SRP) e Prisional da SEJU/DEPEN.

BI's da SEJU

Desenvolvimento de Soluções de Business Intelligence: Acessibilidade, Briefing SEJU, Central de Vagas, Drogas, Habeas Corpus, Habeas Corpus STJ, Inquéritos MPF, ODM -Objetivos do Milênio, Pessoas Vulneráveis, Presos Estudando, Procon-PR, Pronatec, Recursos Humanos - Estrutura SEJU, SIGEP Brasil (Sistema Integrado de Execução Penal com informações de todos os Estados do Brasil), Mulheres Encarceradas e Presos Estrangeiros, SIGEP Paraná (Sistema Integrado de Execução Penal com informações da SEJU e SESP), Presos Estrangeiros, SIGEP Semiaberto e Trabalho Escravo.

2.15 SETI

Implantação do GSUS em Hospitais Universitários

Disponibilização do Sistema de Gestão Hospitalar e Ambulatorial do SUS (GSUS) no Hospital Regional Universitário dos Campos Gerais e no Hospital Universitário de Maringá.

Sistema de Ciência e Tecnologia

Sistema de captação de dados de Pesquisadores e Pesquisas das Universidades e Solução de Business Intelligence para análise gerencial.

2.16 FOMENTO PARANÁ

Business Intelligence

Solução de Business Intelligence dos principais programas e projetos de financiamento oferecidos pela Fomento Paraná

2.17 PGE

Sistema de Protesto de Dívida Ativa

Solução para cobrança extrajudicial das certidões de dívidas ativas do Estado selecionadas pela PGE.

Sistema de Processos Judiciais (SIPRO)

Sistema de processos judiciais do Estado, que permite gestão de produtividade de procuradores, com otimização e padronização das rotinas administrativas.

BI de Dívida Ativa e de Processos Judiciais

Solução de Business Intelligence de Dívida Ativa e de Processos Judiciais, permitindo a gestão estratégica.

2.18 MINISTÉRIO PÚBLICO

Portal de Transparência dos Municípios

Desenvolvido pela CELEPAR em parceria com o Ministério Público, o Portal permitirá aos municípios paranaenses o cumprimento da Lei da Transparência, através de uma ferramenta totalmente disponível na internet.

2.19 COPA 2014

Atendendo demanda direta do governo, a CELEPAR participou desde 2011 dos trabalhos voltados à gestão dos projetos relacionados à COPA 2014 no âmbito do Estado do Paraná. Além de atuar como facilitadora disponibilizando a ferramenta de Gestão de Projetos – e treinar seus usuários - a CELEPAR elaborou seminários para capacitar as Câmaras

Temáticas em Planejamento e desenvolveu o Portal da Copa 2014 -Paraná. Através deste, os participantes puderam acessar os projetos, criar fóruns para discussão de

propostas e facilitar o relacionamento entre as Câmaras.

2.20 REDE EXECUTIVA

O principal objetivo desse projeto é disponibilizar aos gestores públicos, em tempo real e em um único sistema, informações estratégicas sobre os aspectos sociais, político, econômico e financeiro do Estado para apoiar a tomada de decisão.

Tem como missão transformar a Rede Executiva de Gestão na principal ferramenta de trabalho dos Gestores Públicos do Estado. O acesso à Rede Executiva se dá pelo Portal da Rede Executiva – www.redeexecutiva.pr.gov.br.

2.21 PORTAIS DO GOVERNO DO PARANÁ

O Portal do Governo do Estado do Paraná é um grande centralizador de informações e serviços do interesse do cidadão na condição de pessoa física, empresário, turista e servidor. Desenvolvido em 2011, adota uma comunicação padronizada no desenvolvimento Web para todos os órgãos, autarquias e vinculadas da administração direta e indireta do Governo do Estado do Paraná. Tem como objetivos garantir a acessibilidade aumentando o rol de serviços oferecidos e a satisfação do Cidadão.

2.22 PORTAL DA MOBILIDADE – M.PR.GOV.BR

Em fevereiro de 2011 a CELEPAR lançou o portal móvel m-gov. Neste portal estão disponibilizadas informações úteis que o cidadão pode acessar a qualquer momento através de plataformas móveis.

2.23 IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS DE SEGURANÇA

No final de 2014, novas impressoras de documentos de segurança entraram em operação, aumentando a qualidade e produtividade na emissão dos Certificados de Registro de Veículos (CRV's) e Certificações de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV's).

2.24 LOJA DA CELEPAR

Aproveitando todo o capital intelectual da CELEPAR desenvolvido nos seus 50 anos de história, alguns produtos foram adaptados e disponibilizados para comercialização junto às prefeituras. Central de Atendimento de Municípios (156) e Gestão da Manutenção de Frotas, são, entre outros, alguns dos produtos disponíveis na Loja da CELEPAR.

2.25 REDE COLABORATIVA DO GOVERNO DO PARANÁ

Rede social que permite a todos os servidores públicos e empregados de empresas públicas do Paraná interagirem e colaborarem em temas relacionados às suas atividades profissionais ou de interesse específico.

2.26 NOVOS AMBIENTES E PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (JAVA E PHP)

Em 2014 a CELEPAR implantou novas interfaces e novos ambientes de desenvolvimento de sistemas, baseados nas tecnologias Java e PHP, que promoverão ganhos de produtividade e maior qualidade no desenvolvimento de soluções para o Governo do Estado.

2.27 DATA CENTER CORPORATIVO DO GOVERNO DO ESTADO

O maior projeto de modernização tecnológica da história de 50 anos da CELEPAR foi implantado nesta gestão. A companhia construiu um data center – sala cofre segura que contém equipamentos de processamento, armazenamento e de comunicação de dados – que responde pelo atendimento à demanda crescente da administração estadual por soluções de tecnologia da informação e comunicação.

O ambiente, inaugurado em 2013 conta com 270 m², incluindo uma área principal e uma área exclusiva para serviços de certificação digital. Nele, estão alojadas informações dos mais de 900 sistemas que rodam na empresa, contendo informações de todas as áreas da administração pública estadual.

A solução contratada representa o que há de mais moderno em termos de tecnologia e garantirá para a CELEPAR e aos órgãos do Governo do Estado a possibilidade de implantação e manutenção de uma grande variedade de serviços e aplicações, com alto grau de desempenho, disponibilidade e segurança.

A construção do data center só foi possível mediante a retomada da evolução da plataforma tecnológica da Companhia, tanto na área de processamento como de armazenamento de informações, gerando, desta maneira, condições para que a empresa esteja devidamente preparada para enfrentar os desafios dos próximos anos. A sala cofre, a mais moderna da área pública no país, foi testada de acordo com os requisitos contidos no procedimento de certificação de organismos nacionais e internacionais.

3 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.1 PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO (PCCR)

Visando o fortalecimento da política de RH, a CELEPAR implantou em 2011 um novo modelo de Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração- PCCR - garantindo

assim maior transparência e credibilidade às regras de ascensão profissional e salarial existentes e deu início à implantação do processo de Gestão de Desempenho. Também foi retomada a prática de uma política de Gestão de Pessoas voltada ao desenvolvimento profissional e humano a partir da capacitação contínua dos seus colaboradores.

3.2 CONCURSO PÚBLICO 01/14

Buscando a competitividade e sustentabilidade empresarial, mediante o fortalecimento de seus recursos humanos com expertise voltada à área técnica e, também, à área administrativa, promoveu-se a abertura de Concurso Público em janeiro de 2014 para atendimento de cerca de 35 funções específicas, sendo 64 vagas abertas e 18 vagas para quadro reserva.

O Concurso Público foi executado pelo COPS/UEL e contou com a participação de cerca de sete mil inscritos. Sua homologação publicada em Diário Oficial no dia 11 de junho de 2014 tem validade por dois anos, prorrogável por mais dois.

3.3 MERITOCRACIA E POLÍTICA DE GESTÃO DE DESEMPENHO

Conforme previsto na Política de encarreiramento e remuneração da Companhia em seu PCCR – Plano de Cargos Carreiras e Remuneração e a aplicação da Política de Gestão de desempenho, 800 empregados tiveram seus ciclos de monitoramento concluídos o que proporcionou 506 movimentações de carreiras, resultando num investimento em meritocracia e aumento real de salários na ordem de 2,94% do total de sua folha de pagamento (base dezembro/2014).

3.4 TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

O atendimento pleno da missão da Companhia e sua característica de inovação e desenvolvimento tecnológico passam pelo contínuo investimento na capacitação e formação de seu corpo funcional.

Desta forma, no ano de 2014 a CELEPAR investiu na realização de palestras e cursos na busca de desenvolvimento de competência técnicas e comportamentais, além da promoção de ações voltadas para a manutenção da qualidade de vida dos empregados. A prática do compartilhamento de conhecimento mediante a realização de treinamentos internos ministrados pelos nossos empregados também faz parte da cultura da empresa.

As ações voltadas ao desenvolvimento e formação resultaram em um investimento na ordem de R\$1.203.630, levando em consideração custos de inscrição, instrutoria, deslocamentos e expediente dos participantes. Foram quatro mil e vinte e oito

participações em duzentos e dez cursos ofertados.

4 CELEPAR CIDADÃ

Por meio do programa de Inclusão Social da Pessoa Idosa, a Companhia possibilitou nos anos de 2013 e 2014 à cerca de duas mil pessoas com idade superior a 60 anos, capacitação gratuita em cursos de acesso à internet e redes sociais. Os treinamentos com carga horária de 12 horas/aula ocorreram em Curitiba e em mais 20 cidades do interior do Paraná.

CONCLUSÃO

Indiscutivelmente, os quatro anos desta gestão, 2011 a 2014, foram marcados por desafios, principalmente os de ordem financeira, e por inúmeras conquistas. Mesmo, em alguns momentos, com o cenário adverso, a Companhia jamais deixou de primar pela qualidade de seus serviços, desenvolvendo e mantendo soluções de inteligência voltadas à modernização da gestão pública ao seu principal cliente, o Governo do Estado.

Neste relato, foi possível apresentar um apanhado dos principais feitos ocorridos neste quadriênio. São ações que demonstram a presença da empresa nos vários segmentos da administração pública estadual, e agora com uma atuação maior também na esfera municipal através da Loja da CELEPAR, sempre com o intuito de levar ao gestor público informações precisas e confiáveis ao trabalho de planejamento e acompanhamento do plano de ações.

De 2011 para cá, a Empresa passou por um grande processo de adequação e modernização tecnológica, com destaque mais uma vez para o maior projeto da sua história: a construção do novo data center. Vale destacar a operação exitosa de migração (moving). Todo o trabalho ocorreu em um tempo recorde.

Durante 56 horas ininterruptas, mais de 300 empregados, divididos em equipes e turnos, responderam pela transferência dos 750 equipamentos de informática dos três data centers antigos para a nova sala cofre, um ambiente moderno e seguro de 270 metros quadrados. Este fato provou, mais uma vez, a excelência dos profissionais da Companhia, com ênfase ao espírito de grupo e de união.

Num Estado onde as ferramentas da tecnologia da informação e comunicação são utilizadas com inteligência, quem ganha é o cidadão. Em suma, esta é a razão da existência da CELEPAR: modernizar o Estado para que a sociedade seja atendida por meio de serviços públicos cada vez mais eficazes.

Em 2014 a pioneira CELEPAR completou 50 anos. Sem dúvida, uma história de muita luta, de muito trabalho, de muita dedicação e de muita competência de toda

uma equipe altamente qualificada que permitiu, ao longo deste tempo, que a Companhia fosse e continue sendo referência nacional em informática pública e, mais ainda, motivo de orgulho aos paranaenses.

Meio século se passou na vida da CELEPAR. A partir de agora, outros desafios e muitas conquistas vão fazer parte dos próximos anos da empresa.

Temos a convicção que, com a união de todos, empregados, clientes e Governo do Estado, novos capítulos de uma permanente história de sucesso da Companhia continuarão sendo escritos.

Esta é a CELEPAR, uma empresa que mesmo não atuando na ponta do processo de atendimento ao público, está presente no dia a dia da vida de cada cidadão. Quer na emissão da carteira de identidade ou na carteira nacional de habilitação, são apenas dois exemplos, ali tem CELEPAR. A CELEPAR trabalha 24 horas por dia, sete dias da semana, para melhor servir a sociedade paranaense.

AGRADECIMENTOS

Aos empregados e colaboradores, aos acionistas, clientes (secretarias e seus órgãos vinculados), fornecedores e a todos que contribuíram para o atingimento dos resultados ora apresentados, agradecemos sinceramente.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$ 1)

ATIVO

| | <u>2014</u> | <u>2013</u> |
|--|---------------------------|---------------------------|
| CIRCULANTE | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4) | 1.664.902 | 9.239.634 |
| Contas a Receber de Clientes (nota 5) | 126.036.115 | 115.921.641 |
| Impostos a Recuperar (nota 6) | 4.114.135 | 1.729.202 |
| Adiantamentos e Empréstimos a Empregad | 5.598 | 607.835 |
| Estoques | 429.189 | 613.341 |
| Outros Créditos | 1.861.415 | 309.399 |
| Impostos Diferidos (nota 7) | 5.535.957 | 2.405.742 |
| Despesas Antecipadas | <u>1.209.894</u> | <u>137.579</u> |
| | <u>140.857.205</u> | <u>130.964.373</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Realizável a Longo Prazo (nota 8) | | |
| Obrigações Eletrobrás | 20.783 | 19.576 |
| Depósitos Judiciais | <u>7.112.462</u> | <u>2.937.756</u> |
| | 7.133.245 | 2.957.332 |
| Investimentos | | |
| Imobilizado (nota 9) | 447.016 | 423.415 |
| Intangível (nota 10) | 59.850.039 | 61.476.629 |
| | <u>5.667.218</u> | <u>6.433.549</u> |
| | <u>73.097.518</u> | <u>71.290.925</u> |
| TOTAL DO ATIVO | <u>213.954.723</u> | <u>202.255.298</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$ 1)

PASSIVO

| | <u>2014</u> | <u>2013</u> |
|---|---------------------------|---------------------------|
| CIRCULANTE | | |
| Fornecedores | 14.524.789 | 12.058.860 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas (nota 11) | 13.788.151 | 12.317.448 |
| Obrigações Fiscais e Tributárias (nota 12) | 4.424.739 | 5.439.729 |
| Provisão para Demandas Judiciais (nota 13) | 12.227.813 | 5.761.412 |
| Dividendos e Juros s/Capital Próprio (nota 15 e 18.4) | 113.787 | 11.722.658 |
| Outras Obrigações | 642.656 | 758.845 |
| | <u>45.721.935</u> | <u>48.058.952</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Depósitos em Caução (nota 16) | 1.398.167 | 1.114.180 |
| PDVA | 1.664.480 | - |
| | <u>3.062.647</u> | <u>1.114.180</u> |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 18) | | |
| Capital Social | 100.000.000 | 83.068.100 |
| Reservas de Capital | 6.026.043 | 4.541.440 |
| Reserva Legal | 6.380.214 | 6.356.259 |
| Reserva de Lucros | 52.763.884 | 59.116.367 |
| | <u>165.170.141</u> | <u>153.082.166</u> |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | <u>213.954.723</u> | <u>202.255.298</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$ 1)

| | <u>2014</u> | <u>2013</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 24) | 194.110.135 | 200.070.602 |
| Custo dos Serviços Prestados | (161.003.068) | (140.432.695) |
| LUCRO OPERACIONAL BRUTO | 33.107.067 | 59.637.907 |
| (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS | | |
| Gerais e Administrativas | (22.413.128) | (20.781.104) |
| Despesas Financeiras (nota 22) | (473.537) | (5.918.732) |
| Receitas Financeiras (nota 22) | 1.181.879 | 2.047.392 |
| Outras (Despesas) Receitas Operacionais | (8.301.499) | 2.781.983 |
| | (30.006.285) | (21.870.461) |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL | 3.100.782 | 37.767.446 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente(nota 14) | (4.331.279) | (11.937.942) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido(nota 7) | 3.130.215 | (969.283) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 1.899.718 | 24.860.221 |
| Reversão dos Juros sobre Capital Próprio (nota 15) | - | 5.818.356 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 1.899.718 | 30.678.577 |
| Lucro do Exercício por Ação do Capital Social (Em reais) | 0,019 | 0,299 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO COM EVIDENCIAÇÃO DOS OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$ 1)

| | Reservas de Capital | | Reserva de Lucros | | Lucros/Prejuízos Acumulados | Patrimônio Líquido Total | Resultado Abrangente Total |
|---|---------------------|------------------------|-------------------|----------------------------|-----------------------------|--------------------------|----------------------------|
| | Capital Social | Incentivos Fiscais/JCP | Reserva Legal | Reserva Especial de Lucros | | | |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 62.698.100 | 3.370.358 | 5.113.248 | 48.261.662 | - | 119.443.368 | 47.611.627 |
| Integralização de Capital | 20.370.000 | (3.162.671) | - | (17.207.328) | - | - | - |
| Reversão de Provisão de Dividendos | - | - | - | 10.349.126 | - | 10.349.126 | - |
| Reversão de JCP para Reserva de Capital | - | 4.333.753 | - | - | - | 4.333.753 | - |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 30.678.577 | 30.678.577 | 30.678.577 |
| Juros sobre o Capital Próprio (nota 15) | - | - | - | - | (5.818.356) | (5.818.356) | - |
| Destinações Propostas: | | | | | | | |
| Reserva Legal (nota 18.3) | - | - | 1.243.011 | - | (1.243.011) | - | - |
| Dividendos (nota 18.4) | - | - | - | - | (5.904.302) | (5.904.302) | - |
| Transferência para Reserva Especial de Lucros | - | - | - | 17.712.907 | (17.712.907) | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 83.068.100 | 4.541.440 | 6.356.259 | 59.116.367 | - | 153.082.166 | 30.678.577 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores (nota 23) | - | - | - | - | (1.420.614) | (1.420.614) | (1.420.614) |
| Integralização de Capital | 16.931.900 | (4.333.753) | - | (12.598.147) | - | - | - |
| Reversão de Provisão de Dividendos (nota 18.4) | - | - | - | 5.904.302 | - | 5.904.302 | - |
| Reversão de JCP para Reserva de Capital (nota 15) | - | 5.818.356 | - | - | - | 5.818.356 | - |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 1.899.718 | 1.899.718 | 1.899.718 |
| Destinações Propostas: | | | | | | | |
| Reserva Legal (nota 18.3) | - | - | 23.955 | - | (23.955) | - | - |
| Dividendos (nota 18.4) | - | - | - | - | (113.787) | (113.787) | - |
| Transferência para Reserva Especial de Lucros | - | - | - | 341.362 | (341.362) | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2014 | 100.000.000 | 6.026.043 | 6.380.214 | 52.763.884 | - | 165.170.141 | 479.104 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO – MÉTODO INDIRETO

(Em R\$ 1)

| | 2014 | 2013 |
|--|---------------------|---------------------|
| Fluxo de Caixas das Atividades Operacionais | | |
| Lucro Líquido do Exercício | 1.899.718 | 30.678.577 |
| Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido do Exercício ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais: | | |
| Ajustes de Exercícios Anteriores (nota 23) | (1.420.615) | - |
| Depreciações e Amortizações (nota 9.b e 10.b) | 8.265.076 | 8.783.171 |
| Valor Residual do Imobilizado Baixado (nota 9.b) | 91.008 | 3.705 |
| Provisão de Impostos Diferidos | (3.130.215) | 969.283 |
| (Reversão) Constituição de Provisões para PDVA | 1.664.480 | - |
| (Reversão) Constituição de Provisões para Demandas Judiciais | 6.466.401 | (3.044.172) |
| | 13.835.853 | 37.390.564 |
| (Aumento)Diminuição das Contas do Ativo | | |
| Contas a Receber de Clientes | (10.114.474) | (19.958.781) |
| Impostos a Recuperar | (2.384.933) | (166.215) |
| Estoques | 184.153 | (60.094) |
| Despesas Antecipadas | (1.072.315) | 4.881 |
| Depósitos Judiciais | (4.174.706) | 194 |
| Outras Contas a Receber | (950.986) | 379.501 |
| Aumento (Redução) das Contas do Passivo | | |
| Fornecedores | 2.465.929 | 4.582.282 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | 1.470.703 | 932.000 |
| Obrigações Fiscais e Tributárias | (1.014.990) | 1.332.455 |
| Dividendos e Juros sobre Capital Próprio | (11.608.871) | (2.960.221) |
| Outras Obrigações | (116.189) | 509.911 |
| Depósitos em Caução | 283.987 | 415.917 |
| Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais | (13.196.839) | 22.402.394 |
| Atividades de Investimentos | | |
| Aplicação em Investimentos | (23.601) | (4.394) |
| Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado (nota 9.b) | (4.320.670) | (22.387.370) |
| Aquisição de Bens Intangíveis (nota 10.b) | (1.642.493) | (1.737.226) |
| Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos | (5.986.764) | (24.128.990) |
| Atividades de Financiamentos | | |
| Reversão de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio | 11.722.658 | 14.682.879 |
| Juros sobre o Capital Próprio (nota 15) | - | (5.818.356) |
| Dividendos Propostos (nota 18.4) | (113.787) | (5.904.302) |
| Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos | 11.608.871 | 2.960.221 |
| Redução (Aumento) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa | (7.574.732) | 1.233.625 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício | 9.239.634 | 8.006.009 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício | 1.664.902 | 9.239.634 |
| | (7.574.732) | 1.233.625 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em R\$ 1)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, Sociedade de Economia Mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, vinculada à Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos - SEAE, tem como objeto à prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação e de gestão, serviços de rede e de comunicação de dados, administração de ambientes informatizados, operação de sistemas, desenvolvimento e manutenção de sistemas e recursos computacionais. Tais serviços são prestados, preponderantemente, aos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas, em Reais (R\$), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pelos órgãos reguladores e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da transferência de direito e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos deduzidos dos impostos sobre serviços.

3.2 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores.

Não existem operações na Companhia com características de instrumentos financeiros que possuem valor de mercado distinto dos saldos contábeis.

3.3 Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para os passivos contingentes e realização de ativos. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Foram utilizadas estimativas para contabilizar passivos referentes a demandas judiciais trabalhistas, tributárias e outras ações. (nota 13)

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Este grupo está composto pelo saldo que permanece nos caixas, saldo de contas correntes e aplicações financeiras com prazos de vencimentos originais de até 90 dias. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado”.

3.5 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A Companhia demonstra o saldo de contas a receber ao custo histórico de valor, sem o registro de atualizações de juros de mora.

A administração da Companhia, com base na taxa efetiva de inadimplência histórica, constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, com relação a contas a receber de clientes vencidos.

3.6 Estoques (Almoxarifado)

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição que é inferior ao valor de mercado.

3.7 Investimentos

São avaliados ao custo de aquisição e reduzidos por provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

3.8 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da respectiva depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota 9.

A Companhia adota procedimentos para assegurar que seus ativos não estejam contabilizados por valor superior àquele passível de recuperação através de uso ou venda, em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo CPC 01.

As despesas com manutenção e reparos são contabilizadas como despesas quando não afetam significativamente a vida útil dos bens ou agregadas ao valor do ativo quando contribuem de forma relevante para o aumento do prazo de vida útil das instalações e dos equipamentos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Receitas (Despesas) Operacionais", na demonstração do resultado.

3.9 Intangível

Os ativos intangíveis com prazo de vida útil definida são amortizados de acordo com tal prazo. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são amortizados, conforme critérios estabelecidos pela Receita Federal Brasil.

3.10 Provisão para Recuperação de Ativos

A administração pretende revisar o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para tanto, esta realizando Concorrência Pública sob o nº 001/15 para contratação de empresa especializada na realização deste trabalho.

3.11 Outros Ativos Circulantes e não Circulantes

Um ativo é reconhecido nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário, são classificados como ativos não circulantes.

Foram classificados os ativos circulantes e não circulantes considerando-se o período de realização.

3.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.13 Provisão para Demandas Judiciais

A Companhia adota os conceitos estabelecidos no CPC 25 sobre provisões, passivos, contingências passivas e ativas na constituição das suas provisões e divulgação sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. (nota 13)

As provisões para demandas judiciais são registradas conforme a seguir:

Ativos Contingentes: É um ativo possível que resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos.

Passivos Contingentes: Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. (i) Quando os passivos contingentes forem prováveis, a Companhia registra o passivo em suas demonstrações financeiras; (ii) para os passivos contingentes considerados possíveis, são apenas divulgados em notas explicativas, e para os passivos contingentes julgados remotos não são registrados e nem divulgados.

3.14 Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, até a data do balanço.

3.15 Tributação

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto Sobre Serviços ("ISS"), Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") às alíquotas vigentes em cada região, sendo seu respectivo valor deduzido do total das receitas de vendas para fins de apuração do resultado.

Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS, Cofins são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados de acordo com regime de tributação do lucro real e classificados em corrente ou diferido, conforme a seguir:

Corrente – O Imposto de Renda e a Contribuição Social no Brasil, quando da opção pelo regime de tributação pelo lucro real, são calculados à alíquota de (i) 25% (15% acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente a R\$ 240.000) para o Imposto de Renda, e (ii) 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social. A legislação tributária brasileira vigente permite compensar prejuízos fiscais referentes a exercícios anteriores com lucros fiscais correntes, limitado a 30% do lucro tributável de cada exercício.

Diferido – O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados com base em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição sociais, bem como das diferenças temporárias compostas, principalmente, por provisões relacionadas ao registro de contingências que não são dedutíveis para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social, somente na data de sua realização financeira.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são constituídos em conformidade com o CPC 32 – tributos sobre o lucro, e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração da Companhia.

3.16 Lucro por Ação

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/quantidade de ações em circulação”. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os lucros podem ser: distribuídos, utilizados para aumento de capital ou composição da reserva de lucros para expansão, com base no orçamento de capital.

3.17 Distribuição de Lucros e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| Descrição | 2014 | 2013 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Recurso em Bancos - conta corrente | 255.684 | 100.478 |
| Aplicações Financeiras | 1.409.218 | 9.139.156 |
| | 1.664.902 | 9.239.634 |

As aplicações financeiras estão compostas por NTN-B- Notas do Tesouro Nacional,

na Caixa Econômica Federal , Fundo de Renda Fixas de Longo e Curto prazo – Administração Supremo (central de viagem) no Banco do Brasil e aplicação Compromissada DI no Banco Itaú .

O Caixa e os equivalentes de caixa tiveram redução acentuada em 2014 face ao cenário político financeiro do Estado afetado inclusive pelo constante no Decreto Estadual 10.406 de 18 de março de 2014.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os créditos estão representados, substancialmente, por operação com órgãos do governo Municipal e Estadual.

| Descrição | 2014 | 2013 | Varição |
|----------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| Cientes a Rec. | 126.036.115 | 115.921.641 | 10.114.474 |
| TOTAL | 126.036.115 | 115.921.641 | 10.114.474 |

Com base na taxa efetiva de inadimplência histórica, a administração acredita que nenhuma provisão para créditos de liquidação é necessária com relação a contas a receber de clientes vencidos.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

São registradas as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social relativos aos recolhimentos em regime de estimativa, de acordo com os dispositivos legais.

As retenções das contribuições 4,65% (PIS, Cofins e CSLL) estão registradas nessa rubrica e compensadas mensalmente, exceto a CSLL que está sendo compensada nos meses em que a Companhia apresenta lucros tributáveis. (IN 459 de 18/10/04)

| Descrição | 2014 | 2013 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Contribuição Social Retida | 305.343 | 307.811 |
| IRPJ a Compensar | 1.422.124 | - |
| CSLL a Compensar | 498.180 | - |
| Cofins | 960.609 | 962.400 |
| PIS | 206.349 | 212.984 |
| Outros Impostos a Recuperar | 721.530 | 246.007 |
| Total | 4.114.135 | 1.729.202 |

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os ativos fiscais diferidos apresentaram a seguinte movimentação durante o ano de 2014:

| Descrição | Movimentação | | |
|---|------------------|------------------|------------------|
| | 2014 | do Período | 2013 |
| Provisão Trabalhistas | 3.830.046 | 2.180.228 | 1.649.818 |
| Provisão p/ PDVA - Benefício Mensal | 856.899 | 856.899 | - |
| Provisão Tributárias | 58.470 | 2.154 | 56.316 |
| Outras Ações | 268.941 | 16.195 | 252.746 |
| Perdas Estimadas com Créditos de Liquid. Duvidosa | 521.601 | 74.739 | 446.862 |
| Total | 5.535.957 | 3.130.215 | 2.405.742 |

8. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

| Descrição | 2014 | 2013 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Títulos de Crédito | | |
| Obrigações da Eletrobrás | 20.783 | 19.576 |
| Depósitos para Recursos | | |
| Trabalhistas | 6.482.595 | 2.307.888 |
| Judiciais Diversos | 629.867 | 629.868 |
| Total | 7.133.245 | 2.957.332 |

9. IMOBILIZADO

a) Composição

| | % | 2014 | | 2013 | |
|---------------------|---------|--------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|
| | | Custo Corrigido | Depreciação Acumulada | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Terrenos | - | 286.465 | - | 286.465 | 286.465 |
| Edificações | 4 | 32.431.260 | (3.383.375) | 29.047.885 | 9.410.136 |
| Instalações | 10 | 11.154.902 | (1.335.945) | 9.818.957 | 37.624.078 |
| Equipamentos | 10 e 20 | 54.974.231 | (37.958.606) | 17.015.625 | 10.037.092 |
| Veículos | 20 | - | - | - | - |
| Móveis e Utensílios | 10 | 6.604.514 | (2.923.407) | 3.681.107 | 4.118.858 |
| | | 105.451.372 | (45.601.333) | 59.850.039 | 61.476.629 |

(*) Taxas anuais de depreciação.

b) Movimentação

| | 2013 | | | 2014 | | |
|---------------------|-------------------|------------------|--------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| | Valor Líquido | Adições | Depreciação | Baixa | Transferências | Valor Líquido |
| Terrenos | 286.465 | - | - | - | - | 286.465 |
| Edificações | 9.410.136 | 725.000 | (888.712) | (2.260) | 19.803.721 | 29.047.885 |
| Instalações | 37.624.078 | 3.513.069 | (621.996) | 2.286 | (30.698.480) | 9.818.957 |
| Equipamentos | 10.037.092 | 61.971 | (3.644.812) | (72.805) | 10.634.179 | 17.015.625 |
| Móveis e Utensílios | 4.118.858 | 20.630 | (565.068) | (18.229) | 124.916 | 3.681.107 |
| | 61.476.629 | 4.320.670 | (5.720.588) | (91.008) | (135.664) | 59.850.039 |

10. INTANGÍVEL

a) Composição

| | % | 2014 | | | 2013 |
|---------------------------|----|-------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| | | Custo Corrigido | Amortização Acumulada | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Aplicativos para Clientes | 20 | - | - | - | - |
| Sistemas de Suporte | 20 | 29.238.487 | (23.584.351) | 5.654.136 | 6.420.467 |
| Outros Intangíveis | | 13.082 | - | 13.082 | 13.082 |
| | | 29.251.569 | (23.584.351) | 5.667.218 | 6.433.549 |

(*) - Taxas anuais de amortização.

b) Movimentação

| | 2013 | 2014 | | | | Valor Líquido |
|---------------------------|------------------|------------------|--------------------|----------|----------------|------------------|
| | Valor Líquido | Adições | Amortização | Baixa | Transf. | |
| Aplicativos para Clientes | - | - | - | - | - | - |
| Sistemas de Suporte | 6.420.467 | 1.642.491 | (2.544.486) | - | 135.664 | 5.654.136 |
| Outros Intangíveis | 13.082 | - | - | - | - | 13.082 |
| | 6.433.549 | 1.642.491 | (2.544.486) | - | 135.664 | 5.667.218 |

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

| Descrição | 2014 | 2013 |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Provisão de Férias e Encargos | 10.929.241 | 10.428.461 |
| Previdência Social | 1.185.913 | 1.101.436 |
| Fundo de Garantia por Tempo Serviço | 792.205 | 741.684 |
| Outras Obrigações | 880.792 | 45.867 |
| | 13.788.151 | 12.317.448 |

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

| Descrição | 2014 | 2013 |
|--|------------------|------------------|
| Cofins a Recolher | 1.432.096 | 1.116.567 |
| ISS a Recolher | 835.041 | 1.374.535 |
| IRRF a Pagar | 1.445.873 | 1.274.392 |
| Previdencia Social sobre a Receita a Pagar | 305.108 | 432.762 |
| IRPJ a Recolher | - | 473.189 |
| CSLL a Recolher | - | 332.756 |
| Outras Obrigações Tributárias a Recolher | 406.621 | 435.528 |
| | 4.424.739 | 5.439.729 |

13. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

| Contingências | Trabalhistas | Tributárias | Outras Ações | TOTAL |
|-----------------------------|-------------------|----------------|----------------|-------------------|
| Saldo Exercício 2013 | 4.852.405 | 165.637 | 743.370 | 5.761.412 |
| Reversão das Provisões | (4.852.405) | (165.637) | (743.370) | (5.761.412) |
| Nova Provisão 2014 | 11.264.840 | 171.970 | 791.003 | 12.227.813 |
| SALDO EXERCÍCIO 2014 | 11.264.840 | 171.970 | 791.003 | 12.227.813 |

13.1 Processos Trabalhistas

A Companhia possui processos em andamento, cuja possibilidade de perda foi avaliada por seus assessores jurídicos e classificados de acordo com a deliberação nº 594 da CVM, com base no valor de alçada constante nos relatórios dos advogados da companhia, estando assim distribuídos:

- Provável - R\$ 11.264.841 (R\$ 4.852.405 em 2013);
- Possível - R\$ 3.915.500 (R\$ 10.340.100 em 2013);
- Remota - R\$ 368.000 (R\$ 137.170 em 2013).

13.2 Processos Tributários

A provisão para contingência tributária refere-se ao processo nº 23034.000513/2005-41 F.N.D.E., sendo R\$ 61.901 (sessenta e um mil, novecentos e um reais) de valor original mais multas e juros, totalizando R\$ 171.970 (cento e setenta e um mil, novecentos e setenta reais), provisionados em 2005 e sendo atualizado pela tabela prática de contribuições em atraso da Previdência Social, até dezembro de 2014.

13.3 Provisão para Outras Ações Cíveis

Consideramos também a probabilidade de perda para outras ações, referente à ação cível, processo nº 7958/2010, sobre rescisão de contrato do aluguel do prédio no valor de R\$ 791.003 (setecentos e noventa e um mil e três reais), sendo que o mesmo tem depósito em garantia e atualizados pelo IPCA de dezembro de 2014.

Existem outros processos cíveis em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, em um montante de R\$ 6.284.600 (R\$ 6.284.600 em 2013), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização.

14. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia reconheceu no exercício de 2014, com base no lucro real, os montantes de R\$ 3.170.393 (R\$ 8.641.646 em 2013) de provisão para o Imposto de Renda e de R\$ 1.160.886 (R\$ 3.296.296 em 2013) de Contribuição Social, totalizando R\$ 4.331.279 (R\$ 11.937.942 em 2013) em obediência à legislação tributária federal.

A seguir, demonstrativo do cálculo referente ao exercício de 2014:

| Descrição | CSSL | IRPJ |
|---|------------------|------------------|
| Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda | 6.230.997 | 5.070.111 |
| (+) Contribuição Social sobre o Lucro | - | 1.160.886 |
| (+) Custos e Despesas Indedutíveis | 19.280.624 | 19.280.624 |
| (-) Exclusões | 12.612.885 | 12.734.049 |
| (=) Base de Incidência da Contribuição Social e Imposto de Renda | 12.898.736 | 12.777.572 |
| Contribuição Social e Imposto de Renda no Resultado do Exercício | 1.160.886 | 3.170.393 |

15. JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A empresa optou no exercício de 2014 pela não constituição de juros sobre o capital próprio (JCP) aos acionistas.

A remuneração do capital próprio (JCP) constituído no exercício de 2013 (R\$ 5.818.356) foi incorporada à reserva de capital para futuro aumento de capital, conforme determinação constante na 63ª Assembleia Geral Ordinária Extraordinária (AGE) em 25/04//2013.

16. DEPÓSITOS EM CAUÇÃO

A Companhia recebe cauções como garantia de contratos, cujos valores são corrigidos à taxa de juros de poupança e devolvidos aos fornecedores no término da vigência do contrato.

| <u>Descrição</u> | <u>2014</u> | <u>2013</u> | <u>Varição</u> |
|------------------|------------------|------------------|----------------|
| Caução | 1.398.167 | 1.114.180 | 283.987 |
| TOTAL | 1.398.167 | 1.114.180 | 283.987 |

17. PDVA

Por meio da RDE 010/2014 a Companhia instituiu no ano de 2014 um Plano de Demissão Voluntária para Aposentados, com possibilidade de desligamento da Companhia dos optantes entre os meses de outubro de 2014 e abril de 2015. O valor total do benefício de cada optante pelo plano será pago em 36 parcelas mensais, corrigidas anualmente pelo mesmo índice da correção salarial aplicado aos salários da categoria. Em 2014 houve dez desligamentos dos quais o benefício totalizou R\$ 2.567.438 sendo que R\$ 47.145 foram pagos em 2014 e o restante foi constituída provisão (R\$ 855.813 para pagamento no curto prazo e R\$ 1.664.480 para pagamento no longo prazo). Em 2015 os desligamentos poderão ocorrer entre os meses de janeiro e abril, com valor máximo total estimado em aproximadamente R\$ 11 milhões que serão provisionados à medida que forem ocorrendo as rescisões de contrato dos optantes pelo plano (fato gerador).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais) é representado por 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. A 51ª AGO e 61ª AGE de 29/04/2014 autorizou o aumento do capital social que era de R\$ 83.068.100 em

2013, para R\$ 100.000.000 utilizando para isto R\$ 4.333.753 de Juros Capital Próprio (JCP) de 2012 e R\$ 12.598.147 da reserva especial de Lucro.

18.2 Reserva de Capital

Essa reserva foi constituída pela reversão da remuneração do capital próprio (JCP) no valor de R\$ 5.818.356 (cinco milhões oitocentos e dezoito mil trezentos e cinqüenta e seis reais), conforme determinação constante na 63ª Assembléia Geral Extraordinária (AGE), além do saldo remanescente de anos anteriores no valor de R\$ 207.687 de incentivos fiscais.

18.3 Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

18.4 Dividendos

De acordo com o art. 46 do Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado, de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício de 2014, conforme determinação constante na 63ª Assembléia Geral Extraordinária (AGE) foi efetuada a reversão dos dividendos no valor de R\$ 5.904.302 (cinco milhões novecentos e quatro mil trezentos e dois reais).

Os dividendos, registrados no passivo, foram calculados como segue:

| | 2014 | 2013 |
|--------------------------------------|-------------|------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 1.899.718 | 24.860.221 |
| (-) Ajustes de Exercícios Anteriores | (1.420.614) | - |
| = Base de Cálculo | 479.104 | - |
| Reserva Legal (5%) | 23.955 | 1.243.011 |
| Dividendos (25%) | 113.787 | 5.904.302 |

18.5 Reserva de Lucros

Constituída, reserva de lucros no valor de R\$ 52.763.884 (R\$ 59.116.367 em 2013), para futura utilização conforme legislação vigente.

19. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída pela Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1996, denominada Previcel – Previdência Privada da Celepar, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus funcionários e participantes, por meio do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E APOSENTADOS

20.1 Benefícios a empregados

Os custos dos benefícios oferecidos pela Companhia em sua maioria são compartilhados com os funcionários tais como: Plano de Saúde, Previdência Privada, Vale-Transporte, Programa de Alimentação do Trabalhador, Auxílio Educação, Auxílio Funeral, Auxílio Portador de Deficiência.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

20.2 Benefícios a aposentados

A empresa concede assistência médica aos aposentados e ao seu cônjuge/companheiro, benefício este estabelecido em Acordo Coletivo sendo que a permanência no plano implica no pagamento pelo aposentado de 1% do seu salário nominal na data do desligamento e 0,6% pelo cônjuge/companheiro. Além da participação mensal, cabe ao aposentado o pagamento de 20% do valor das consultas realizadas. O valor gasto pela empresa com tal benefício não é

provisionado dado que trata-se estritamente de plano na modalidade pós-pago, onde cabe à empresa pagar à operadora de saúde o valor dos procedimentos efetivamente realizados em cada mês. Tais valores são extremamente variáveis pois estão atrelados às enfermidades e tratamentos realizados pelos usuários, fatos esses de efetiva imprevisibilidade.

21. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente.

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Do montante de receitas financeiras, R\$ 691.790 se refere aos juros sobre aplicações financeiras (nota 4). Do montante de despesas financeiras, R\$ 262.979 são referentes a descontos concedidos.

23. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2014, as operações relativas aos fatos que afetaram resultados de exercícios anteriores foram transferidas para o Patrimônio, no monte de R\$ 1.420.614, advindo do cancelamento de algumas notas fiscais emitidas nos exercícios de 2012 e 2013, com processos de cancelamento e recuperação de ISS devidamente protocolados junto a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Devido a irrelevância do valor, as demonstrações contábeis não foram reapresentadas de acordo com a NBC TG23 (R1) POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento ao contido na NBC TG 30 item 8B apresenta-se o detalhamento da Receita Bruta Tributável

| | 2014 | 2013 |
|--------------------------------------|---------------------|---------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 232.656.651 | 235.167.565 |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | (38.546.516) | (35.096.963) |
| Impostos s/Serviços | (11.234.677) | (11.582.489) |
| PIS não Cumulativo | (2.998.657) | (2.992.050) |
| Cofins Não Cumulativo | (13.812.056) | (13.781.607) |
| Cofins Cumulativo | (1.403.134) | (1.614.908) |
| PIS Cumulativo | (304.008) | (349.891) |
| Imposto Sobre Serviços - Call Center | (76.233) | (70.228) |
| Contribuições Previdencias | (4.570.182) | (4.703.351) |
| Vendas Canceladas | (4.147.570) | (2.439) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 194.110.135 | 200.070.602 |

25. REGIME TRIBUTÁRIO

A Companhia declarou-se não optante pela contido na lei Nº 12.973/2014, neste exercício.

Jacson Carvalho Leite
Diretor Presidente

Lúcio Alberto Hansel
Diretor Administrativo Financeiro

Walmour Cornélio dos Santos
Contador – CRC/PR 031.217/O-0

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As contas da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas por unanimidade na 173ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Francisco Sciarra
Conselheiro

Silvio Magalhães Barros II
Conselheiro

Jacson Carvalho Leite
Conselheiro

Mauro Ricardo Machado Costa
Conselheiro

Vanderlei Roberto Rebelo
Conselheiro

Ricardo Adriano Serfas
Conselheiro

Tania Volkmann
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Jacson Carvalho Leite
Diretor Presidente

Lúcio Alberto Hansel
Diretor Administrativo Financeiro

Luiz Fernando Ballin Ortolani
Diretor de Operações

José Juracy Macedo
Diretor de Desenvolvimento

Danilo Scalet
Diretor de Tecnologia da Informação

Walmour Cornélio dos Santos
Contador - CRC/PR 31.217/O-0

A
DD. DIRETORIA DA
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR
CURITIBA – PR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

De acordo com a nota explicativa nº 3.10, a administração da CELEPAR pretende revisar o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para tanto, está realizando Concorrência Pública sob o nº 001/15 para contratação de empresa especializada na realização deste trabalho. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

A Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, alterou a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; revogou o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil entre outros. Com a nova lei, a legislação tributária estará alinhada a legislação societária e as normas contábeis internacionais, eliminando o conceito da dupla contabilidade. Conforme mencionado na nota explicativa nº 25, a Companhia declarou-se não optante pelo contido da Lei nº 12.973/2014 no exercício de 2014. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, foram efetuados ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ 1.421 mil referente ao registro contábil de cancelamento de algumas notas fiscais emitidas nos exercícios de 2012 e 2013, com processos de cancelamentos e recuperação de ISS devidamente protocolados junto a Prefeitura Municipal de Curitiba. Devido a irrelevância do valor, as demonstrações contábeis não foram reapresentadas de acordo com a NBC TG 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 10 de abril de 2014, com as seguintes ressalvas: a) conforme mencionado na nota explicativa nº 9, às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, a Companhia continuou considerando, de maneira geral, as taxa de depreciação admitidas pela legislação tributária sem a prática de revisão periódica das estimativas de via útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para a definição do montante a ser depreciado segundo a NBC TG 27 – ativo imobilizado; e b) conforme mencionado na nota explicativa nº 19, às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, a Companhia concede diversos benefícios aos seus empregados, incluindo aposentados, cuja provisão correspondente não está refletida nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, o que não se coaduna com a NBC TG 33 – Benefícios a Empregados, sendo que não possível determinar eventuais ajustes que teriam sido necessários às demonstrações contábeis.

Curitiba, 14 de abril de 2015.



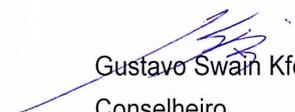
UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S PR

DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603 S PR
CNAI Nº 1128
Sócio - Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar, em obediência às disposições legais que regem as Sociedades Anônimas, examinou toda a documentação representativa das operações realizadas no exercício de 2014, bem como o Relatório da Diretoria e o Balanço Patrimonial acompanhado da Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido com Evidenciação dos Outros Resultados Abrangentes, Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas anexas as Demonstrações Contábeis e, considerando o Parecer dos Auditores Independentes, emitido em 14 de abril de 2015, é de parecer que estes documentos refletem a situação exata da Companhia, estando em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

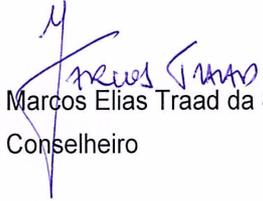
Curitiba, 24 de abril de 2015.



Gustavo Swain Kfour
Conselheiro



Jaime Kiochi Nakano
Conselheiro



Marcos Elias Traad da Silva
Conselheiro